

## **A política econômica neoliberal e o planejamento urbano: O caso de Puerto Madero, em Buenos Aires.**

*"Onde quer que fossem suprimidos os obstáculos ao livre exercício do engenho humano, o homem logo se tornava capaz de satisfazer seu crescente número de desejos. E, se por um lado, a elevação do padrão de vida em breve levava à descoberta de grandes mazelas na sociedade que os homens não mais estavam dispostos a tolerar, por outro lado, provavelmente, não houve classe que não se tenha beneficiado de modo substancial com o progresso geral."* Friedrich Hayek, O Caminho da Servidão.

### **\_Introdução**

Para que serve o planejamento urbano? Qual a função do Estado na formação e organização dos espaços das cidades?

O planejamento urbano deveria garantir a funcionalidade das cidades, permitir que as pessoas transitassem de um local a outro com facilidade, prover espaços de lazer amplos e agradáveis e moradias bem inseridas na malha urbana, na prática não passa de normas e leis que não são colocadas em prática. O que observamos com frequência é que a lógica do mercado tensiona para que a cidade se organiza para tornar a produção (e a distribuição) de mercadorias cada vez mais eficiente, aumentando assim a mais valia. Nesse sentido, a forma da cidade organizada (de preferência unicamente) em função da produção, deixa à sorte as questões sociais, as localizações dos lugares em função das pessoas que habitam as cidades.

No último quarto do século XX presenciamos mudanças estruturais nas políticas econômicas de diversos países da América Latina, e tomou força um novo tipo de pensamento econômico: o neoliberalismo. Este modelo implicou mudanças no papel do Estado e em sua articulação com o mercado. Além disso, do ponto de vista do planejamento urbano, inaugurou o chamado planejamento estratégico, que principalmente através de parcerias público-privadas e de grandes projetos urbanos, fez transformações em certos pontos das cidades, provocando seu desenvolvimento econômico.

Este trabalho irá abordar a implantação da política econômica neoliberal na Argentina na década de 90, suas características e modificações estruturais na sociedade argentina, além de suas consequências sociais e territoriais, com enfoque na cidade de Buenos Aires. Para isso, o texto será dividido em dois momentos: o primeiro que tratará da política argentina até a chegada do presidente Menem ao poder e a implantação durante sua gestão das políticas econômicas guiadas pelo modelo neoliberal e o segundo que tratará da cidade de Buenos Aires, de que forma as políticas implantadas pelo menemismo durante a década de 90 atingiram o espaço urbano e reorganizaram os espaços em função do capital, utilizando como estudo de caso Puerto Madero (1989), que em termos de intervenção urbanística é tido como um modelo a ser seguido.

Com isso, pretende-se contribuir para a reflexão sobre o papel do Estado como agente produtor e definidor da cidade, partindo da hipótese de que o Estado, na lógica de produção capitalista, é agente central nas intervenções urbanas realizadas pelo mercado, seja através da disponibilização de grandes áreas públicas para a realização dos empreendimentos, seja na flexibilização das leis e ajustes normativos que garantam maiores lucros na produção do espaço.

### **Antecedentes ao neoliberalismo**

Para explicar como surgem as primeiras reformas de mercado, é necessário assinalar alguns processos prévios. Durante a ditadura militar argentina (1976-1983) foi colocado em prática o *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN), modelo de valorização financeira que procurava dismantlar o modelo anterior de industrialização por substituição de importações (ISI) (política implantada durante o período peronista, que visava o desenvolvimento do mercado interno através da industrialização e melhoria dos salários dos trabalhadores para estimular o consumo). Como o período anterior à ditadura militar fora marcado por instabilidade financeira e constantes reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, os militares inauguraram uma política para reduzir o poder de ação do proletariado. Para os militares era preciso atacar a raiz do problema, que segundo eles era a própria sociedade argentina<sup>1</sup>.

De acordo com Ana Gabriela Castellani<sup>2</sup> a política de governo do primeiro Ministro da Economia José A. Martínez de Hoz (1976-1981), respeitando os ensinamentos de enfoque neoliberal, teve três pilares:

---

<sup>1</sup> ROMERO, Luis Alberto. p. 324.

<sup>2</sup> CASTELLANI, Ana Gabriela. "Implementaciones del modelo neoliberal y restricciones al desarrollo en la Argentina contemporánea". En: Schorr, et. al. *Más allá del pensamiento único. Hacia una renovación de las ideas económicas en América latina*. Buenos Aires: CLACSO-Unesco, 2002.

reforma do sistema financeiro, abertura comercial e ajuste dos preços domésticos, especialmente dos salários. Os objetivos, além de reestruturação da lógica econômica interna, eram reduzir as políticas redistributivas associadas ao peronismo e consequentemente reduzir o poder que os trabalhadores haviam conquistado durante o período, sendo marcada com uma política disciplinadora.

Como consequência da liberalização financeira, a Argentina se viu afogada na dívida externa como nunca antes. Além das consequências financeiras, é importante ressaltar que a ditadura argentina foi uma das mais violentas da América Latina. Era necessário silenciar a sociedade para implementar uma política de redução do Estado – que tornara-se, pouco a pouco, um Estado subsidiário. Foram-se desmontando os instrumentos de direção, regulação e controle da economia por parte do Estado, deixando à liberdade do mercado o controle da economia. Segundo Luis Alberto Romero, o paradoxo era que vários setores da economia, como empresários, e também os militares eram a favor de um Estado regulador – já que os empresários geralmente eram beneficiados pelo apoio estatal – e os militares eram industrialistas e nacionalistas. Porém o que marcou a política econômica do regime ditatorial argentino era a luta contra um Estado demasiado forte e regido democraticamente como foi construído durante o peronismo, pois isso representava poder nas mãos dos setores populares da sociedade.

A política financeira foi um fracasso para a economia nacional. A inflação em 1981 era de 100% e o peso havia se desvalorizado 400%<sup>3</sup>. Os trabalhadores tiveram seus salários drasticamente deteriorados e as condições de vida pioradas, conformando-se uma estrutura social fragmentada e excludente. Com o *Régimen de Promoción Industrial* (1977), através do acesso ao crédito internacional e a valorização do setor financeiro a altas taxas de juros, os pequenos e médios empresários e proprietários também foram duramente afetados, muitos perdendo tudo para os novos oligopólios ou blocos de poder que dominavam o mercado.

(...) *“la desarticulación del régimen de acumulación sustitutivo, la imposibilidad de reeditar la alianza defensiva por el debilitamiento de las fracciones de clase que la integraban históricamente, y la consolidación de un nuevo bloque de poder económico local, junto con el endeudamiento externo y la crisis fiscal, fueron los indicadores claves que marcaron el inicio de la transición democrática en la Argentina. Estas transformaciones condicionaron severamente los márgenes de acción del futuro gobierno y facilitaron, a su vez, la difusión en los medios locales y la aceptación en amplios sectores de la población del diagnóstico neoliberal sobre las causas que llevaron a la situación de crisis, así como también de las principales propuestas de política económica que “supuestamente” permitirían revertirla.”* Castellani, p. 101

---

<sup>3</sup> FAIR, FAIR, Hernán. *La globalización neoliberal: Transformaciones y efectos de um discurso hegemónico*. Revista KAIROS. Ano 12, nº 21, junho de 2008.

Com a queda da ditadura argentina e o reestabelecimento da democracia, em 1984 assume a presidência Raul Alfonsín. Sua política econômica, levada a cabo pelo Ministro da Economia Bernardo Grinspun, aprofundou o processo de concentração e centralização do capital nos grandes agentes econômicos, dando continuidade, por exemplo, ao regime de promoção industrial da ditadura. Em 1985, com o fracasso da política econômica heterodoxa de Grinspun<sup>4</sup>, o governo decide privatizar algumas empresas estatais, reduzir os gastos públicos e abrir a economia à intervenção estrangeira.

Com o novo Ministro da Economia Juan Sourrouille (1985-1989) é elaborado o *Plan Austral*, que buscava uma recomposição financeira através de três componentes centrais: congelamento dos preços básicos (cambio, tarifas de serviços públicos, salários, preços industriais), numa tentativa de frear a inflação; compromisso governamental de não emitir moeda para financiar o déficit fiscal e a criação de uma nova moeda; e por fim a negociação com organismos internacionais de crédito para obter financiamento para cubrir o déficit fiscal (Castellani, 2002).

Em 1987, com o fracasso do *Plan Austral* em controlar a taxa de inflação, o tema da reforma do Estado vira prioridade na agenda nacional. O discurso neoliberal da ineficiência do Estado era legitimado constantemente e defendido por grande parte da população. É importante ressaltar que durante a década de 80 a situação dos países latinoamericanos era caracterizada pela crise. O diagnóstico elaborado pelos organismos de crédito internacionais dizia que o Estado estava atravancando o desenvolvimento, portanto a solução seria uma redução drástica do aparato estatal.

### **\_O Consenso de Washington e a política menemista argentina**

*“Volvió el crédito a la República Argentina. Yo siempre pongo como ejemplo el caso de que antes un trabajador necesitaba ocho sueldos, es decir, ocho meses de sueldo para comprar un televisor. Ahora lo puede comprar con un sólo sueldo y en cuotas de hasta 18 meses. En 1989 las fábricas de automóviles no superaban las 90.000 unidades por año; actualmente, estamos superando las 300.000 por año”* (Discurso del Presidente Carlos Menem em 25/10/93, pp. 48-49, in FAIR, Hernán).

*“La gente ha podido comprar muchos más automóviles que los que compraba antes, muchísimas más familias han podido comprar un televisor extra, han podido viajar a distintos lugares de la Argentina o al exterior”* (Ministro da Economia, Domingo Cavallo no jornal Clarín, 15/01/95, p. 3, in FAIR, Hernán).

---

<sup>4</sup> Para Luis Alberto Romero, Hernán Fair, Ana Castellani e outros autores, as políticas econômicas anteriores ao menemismo não tinham direcionamento claro ao liberalismo, porém colaboraram para criar o cenário para a implantação do modelo.

Diante das dificuldades dos países latinoamericanos em estabilizar suas economias e sanar a dívida externa, os organismos de crédito internacionais, junto aos governos dos países centrais, apontaram algumas medidas, denominadas Consenso de Washington, que visavam a estabilização macroeconômica e algumas reformas estruturais nos modelos econômicos destes países, reduzindo a intervenção estatal e aumentando a esfera do mercado.

De forma sintética, os dez pontos do Consenso de Washington são: disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; reordenação dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatização, com a venda de empresas estatais; desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas e por fim a garantia do direito de propriedade.

Em 1989 Carlos Menem é eleito presidente da Argentina pelo Partido Justicialista (peronista). Com o caos da situação financeira do país e através das medidas propostas pelo Consenso de Washington, sanciona duas leis que modificaram completamente a estrutura econômica do país: a *Ley de Emergencia Económica* e a *Ley de Reforma del Estado*. Através da Lei de Emergência Econômica, foram suspensos os regimes anteriores de promoção industrial, regional e de exportações, assim como todos os outros benefícios dados pelo Estado. Além disso, fica estabelecido o início do processo de venda de imóveis do Estado que eram considerados desnecessários. A Lei de Reforma do Estado foi o marco legal para iniciar os processos de privatização que marcaram este período.

Apesar das leis, a estabilização da economia não se deu até 1991, quando o então Ministro da Economia Domingo Cavallo põe em ação o *Plan de Convertibilidad*, um conjunto de medidas estruturais que consolida uma política econômica regida pelo modelo neoliberal<sup>5</sup> na Argentina e que, entre outras medidas, garantia a convertibilidade do peso em dólar em 1 pra 1.

As principais medidas econômicas da política menemista foram as privatizações, a abertura comercial e a desregulação do mercado. Foram privatizadas, entre muitas outras, as empresas estatais de telefonia

---

<sup>5</sup> Surgido no pós guerra como uma reação política e teórica contra o Estado de bem estar, o neoliberalismo foi idealizado por Friedrich Hayek e Milton Friedman e tem como premissas a livre concorrência do mercado e a não intervenção do Estado na regulação econômica.

nacional e aviação – ENTel e Aerolíneas Argentinas. Os processos de privatização não eram claros ou transparentes, favoreciam a concentração e centralização de capital pois colcaboravam para a formação de monopólios. Tinha como contrapartida que geraria um mercado competitivo, porém a formação de grandes blocos economicos impedia a entrada de pequenos empresários e empresas locais no mercado. Através das políticas de abertura comercial se permitiu a entrada irrestrita de importações (que prometia funcionar como um mecanismo regulador dos preços internos), porém quando em 1991 os impostos para importações foram drasticamente reduzidos, muitos produtores internos foram ao fracasso. Por fim, o processo de desregulação implicou a eliminação do regime de controle de preços, sobretudo dos produtos estrangeiros. Como podemos notar, todas as medidas favoreciam os capitais mais concentrados e a constante centralização do mercado.

### **\_O papel do Estado no planejamento urbano\_o caso de Buenos Aires**

Tendo em vista as transformações estruturais político-econômicas ocorridas durante toda a década de 90 na Argentina (e em grande parte dos países latinoamericanos) algumas mudanças na forma de gestão das cidades marcaram este período. Surge outra forma de planejamento, intitulado planejamento estratégico – termo de cunho neoliberal, onde o plano é traçado em função do mais rentável para o capital. Busca-se, através de grandes projetos urbanos por meio e parcerias público privadas, a super valorização do solo e das construções.

Buenos Aires foi uma cidade marcada pelo planejamento urbano tradicional. Adrián Gorelik, arquiteto e historiador urbano argentino, no texto *Buenos Aires: el fin de la expansión* considera que o planejamento urbano com o desenho em quadrícula, juntamente com o alto investimento do Estado em infraestrutura pública urbana, foram os responsáveis por inserir na cidade o grande contingente de imigrantes que vieram em busca de trabalho durante a sua primeira fase de expansão (segundo o autor, entre os anos de 1870 e 1920, quando a cidade passou de 180 mil habitantes para quase 2 milhões, se manteve sempre maior que 50% a população estrangeira). Para Gorelik, a quadrícula urbana foi o elemento organizador do espaço central para que a cidade crescesse de forma igualitária.

*“la ciudad tuvo una experiencia, com pocos ejemplos em el mundo, de incorporación inclusiva de enormes contingentes de pobleción inmigrante durante su primer ciclo de expansión metropolitana (...). La clave urbana de esa incorporacióan exitosa fue la cuadrícula pública (...).”*



A quadrícula foi um diagrama muito criticado por ser demasiadamente tradicional (segundo Gorelik, trás a memória da quadrícula das Índias) e demasiado moderno (sua configuração é mais favorável à exploração capitalista do solo). Porém, no caso de Buenos Aires, a quadrícula foi responsável por unificar o traçado urbano, demarcando o centro tradicional e ligando-o com os novos subúrbios populares.

*“la existencia em Buenos Aires de um tablero público extendido no sólo a la ciudad existente, sino previendo el crecimiento futuro, fue uma de las bases materiales urbanas que generó la posibilidad de um espacio público y que asentó em la forma urbana uno de los factores clave de la futura integración social y cultural.”* Gorelik, p. 270.

Em contraposição ao planejamento urbano tradicional, que apesar de possuir muitas limitações considera a cidade como um todo que precisa ser pensado de forma única, surge em consonância com o modelo neoliberal de gestão econômica, o planejamento estratégico e os projetos urbanos, que fragmentam a cidade, elegem localidades estratégicas e reconstituem trechos ou bairros, funcionando como nova frente de expansão imobiliária da cidade.

Nesta lógica, o que observamos é que cada cidade busca insistentemente qual será sua grande atração no cenário global. Atração do ponto de vista arquitetônico (grandes projetos com as últimas tecnologias construtivas e grandes nomes da arquitetura assinando os projetos), do uso (espaços marcados com usos variados, porém sempre voltados para o consumo – turismo, setor hoteleiro, escritórios, spas, lofts de luxo), da modificação (qual será o espaço requalificado). Para isso não economizam esforços, e entra em cena a parceria público-privada, tanto para investimentos e quanto para os processos decisórios.

A participação privada na construção da cidade faz com que a revitalização seja entendida como negócio. Tanto a escolha do local quanto a escolha do programa passam pela avaliação da rentabilidade econômica do projeto. O papel do Estado, nesse caso, é central. O estado é o dono das grandes áreas que são passíveis de serem renovadas (antigos portos, estações de trem, bairros centrais) e o Estado é responsável pela legislação sobre o uso do solo e as taxas de ocupação dos mesmos, ou seja, pode controlar o nível de lucro da construção – permitindo se edificar mais ou menos e o que edificar.

Um dos projetos modelo neste aspecto é Puerto Madero (1989), em Buenos Aires. O projeto previa a transformação de antigos galpões industriais e a construção de novos edifícios para abrigar escritórios, hotéis de luxo e resorts, restaurantes, cafés e bares, salões de eventos, imobiliárias e grandes corporações comerciais. A proposta foi utilizar a grande área portuária de Porto Madero e transforma-la em polo irradiador para o capital, criando uma nova centralidade econômica financeira.

Para isso, foi aberta uma corporação, que teria como objetivo gerir completamente o projeto de Puerto Madero. A criação da Corporação como entidade jurídica encontra como marco as leis de Emergência Econômica e de Reforma do Estado que permitiram a criação de novas sociedades no interior do Estado (Corral, p. 197). Foram as mesmas leis que também permitiram a venda de todos os imóveis e terrenos em uso ou desuso da área para a corporação (170 hectares de solo urbano, além dos imóveis existentes). A corporação pode fazer o que quiser com a área, que é de sua propriedade, como qualquer empresa comercial. E antes mesmo de se abrir um concurso de projetos e ideias para a área, são estabelecidos e fixados os novos padrões urbanísticos (as taxas de usos residenciais e comerciais, a volumetria dos prédios), garantindo a rentabilidade no negócio.

*“El cambio llegó en 1989. El nuevo marco jurídico que se establecía para los bienes estatales permitió encaminar una serie de iniciativas tendientes a revalorizar el área central de la ciudad. El eje principal, trazado sobre la Avenida de Mayo para las transformaciones, se prolongaría hasta el río con la reconversión de Puerto Madero. Este proceso requería un modelo de gestión dinámico, para promover su desarrollo urbano sin superposición de competencias y unificar las distintas intervenciones. Con este objetivo, el 12 de noviembre de ese año se formó la Corporación Antiguo Puerto Madero, una sociedad anónima integrada en partes iguales por el estado nacional y la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires- hoy Gobierno de la Ciudad-, creada con el fin específico de urbanizar el área del antiguo puerto. Las 170 hectáreas que la integran eran propiedad del Estado, que las transfirió a la Corporación.*



*La Municipalidad, por su lado se comprometió a generar el proyecto para urbanizarlas. (...) El emprendimiento a cargo de la Corporación puso finalmente en movimiento el proceso de recuperar el frente de agua perdido.”<sup>6</sup>*

A Corporação é formada por membros do Governo Nacional e do Governo da Cidade de Buenos Aires. Ao Governo Nacional coube a transferência da propriedade dos 170 hectares do território de Puerto Madero e todos os edifícios existentes à entidade da Corporação. Ao Governo da Cidade coube analisar a legislação urbana para o desenvolvimento da área.



Para desvendar o processo de valorização do solo, Maria Manuela Corral, socióloga e pesquisadora do Centro de Estudios Urbanos y Regionales (CEUR-CONICET) de Buenos Aires, no artigo *Neoliberalismo, Reformas estructurales y grandes proyectos urbanos: Estado y actores económicos en el proyecto Puerto Madero* levantou informações e dados a respeito das transações realizadas no dique 1 de Puerto Madero, as primeiras a serem licitadas do projeto.

Segundo a autora, a Corporação vendeu todo o dique 1 – cerca de 20 hectares - a um único comprador – a empresa Newside S.A. – por 9 milhões de dólares. A partir de então, a empresa dividiu a área em várias parcelas, que seriam então revendidas a outros investidores.

Parcela 10 (2 ha): em 2005 a G&D (empresa alemã, com sede em Munique) comprou a Parcela 10 do Dique 1 por 10,5 milhões de dólares. Em associação com o Grupo Farallón projetou o chamado +5411,

---

<sup>6</sup> Trecho retirado do site [puertomadero.com](http://puertomadero.com), site da empresa responsável por gerir o projeto urbano.

prédio de mais de 20 mil metros quadrados que abrigaria usos comerciais, hotéis de luxo, spas, escritórios e residências de alto padrão. Em 2008 a Parcela foi novamente vendida para a empresa Creaurban por 35 milhões de dólares, que mandando a volumetria apresentada pelo projeto +5411, projetou outros vários edifícios de torres comerciais e escritórios. Assim, 1 metro quadrado na Parcela 10 valia, em 1993, \$45, passando em 2005 a valer \$525 e em 2008 para \$1.750.

Parcelas 1, 2 e 3 (5 ha): Foram adquiridas em 2005 por Vizora (grupo Banco Macro) por 40 milhões de dólares. O projeto conta com 3 torres de 24 andares e 2 edifícios de 9 pavimentos, de usos residenciais e escritórios. O metro quadrado que em 1993 era \$45, passou em 2005 para \$800 dólares.

Parcelas 4 e 5 (8 ha): Foram inicialmente adquiridas pela mesma empresa Newside, porém vendidas em 2001 para a construtora Skanska por 3 milhões. Em 2004 foram adquiridas pela empresa Mayan Resorts (pertencente ao grupo mexicano IQ) por 9 milhões. Dessa forma, o metro quadrado que em 93 valia \$45 dólares, passa a valer \$375 em 2001 e \$1.125 em 2004.

A dificuldade de se estabelecer a magnitude dessa valorização é apenas um entre os muitos fatores nebulosos nos processos de requalificação urbana através de parcerias público-privadas. Nebulosidade utilizada a favor do mercado imobiliário e dos outros agentes interessados unicamente na valorização mercantil da terra.

## **Conclusões**

“É de evidência elementar que para uma dada diversificação do espaço (e portanto, para mesma intensidade de regulação necessária), quanto mais a organização do espaço for exercida através da intervenção estatal, menos sobre para ser organizado pelo preço – que será então mais baixo – e, reciprocamente, quanto menos intervenção direta houver na regulação espacial, maior a responsabilidade do preço das localizações o qual deverá então apresentar maiores diferenciais e, portanto, cobrirá um campo de variação maior – em outras palavras, o preço das localizações será mais elevado.” Deák, Csaba. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista.

As consequências do neoliberalismo para as cidades latino-americanas são conhecidas: altos índices de desemprego, grandes corporações monopolistas dominando o mercado interno e esmagando os pequenos empreendimentos locais, periferização e darwinismo social.

Do ponto de vista urbano, as consequências do planejamento estratégico são também conhecidas. Os projetos visam a transformação no uso do solo – modificação funcional no espaço – o que antes era um porto, agora é centro turístico, hoteleiro, de negócios, gastronômico etc. Tem a intenção primeira de provocar uma valorização no preço da terra de onde se implantam – sua extensão e sua localização

estratégica em zonas que são consideradas importantes vetores de investimento do capital, áreas de oportunidade.

Se deixa de lado o planejamento urbano que pensa a cidade como um todo, seus planos de expansão, e os instrumentos da política urbana tradicionais como os planos locais. O plano da lugar ao projeto urbano, às operações urbanísticas, através de uma gestão seletiva e focada. Competitividade e promoção do crescimento econômico.

Diante desses fatores, qual seria o papel do Estado nesse processo de transformação e valorização do espaço da cidade? Em parte, apontamos no início do texto:

- Estado estabelece a parceria com os setores privados
- Concede/vende terras/áreas que são solicitadas
- Executa a infraestrutura e obras no entorno necessárias para que a requalificação de realize completamente
- Reforma a legislação urbano / zoneamento para que a normativa se adeque às transformações necessárias

A construção de um imaginário – ideário da destruição. O que existe é tido como degradado, aquilo que precisa ser transformado. O novo é vendido como necessariamente uma mudança do caráter original. Precisa ser mais dinâmico, promover o desenvolvimento. Não se discute com a população da cidade nem com os moradores dos arredores o que seria melhor para a área. Forma-se uma sociedade anônima, uma empresa, que será responsável por escolher o projeto, abrir as licitações, decidir sobre o espaço, construí-lo. Diante desse panorama, o que resta ao Estado, além da colaboração que apontamos acima? O poder de intervenção do Estado no planejamento urbano está sendo diminuído pelo capital para o controle da cidade?

## **\_Bibliografia**

CASTELLANI, Ana Gabriela. "Implementaciones del modelo neoliberal y restricciones al desarrollo en la Argentina contemporánea". En: Schorr, et. al. *Más allá del pensamiento único. Hacia una renovación de las ideas económicas en América latina*. Buenos Aires: CLACSO-Unesco, 2002.

CORRAL, Maria Manuela. *Neoliberalismo, Reformas estructurales y grandes proyectos urbanos: Estado y actores económicos en el proyecto Puerto Madero*. Revista Sociológica de Pensamento Crítico. Vol. 4, 2010.

DEÁK, Csaba. *O Mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista*. Espaço e Debates 28: 18-31, 1989.

FAIR, Hernán. *El proceso de reformas estructurales en Argentina. Un análisis del primer gobierno de Menem*. Revista OIKOS. Año 12, nº 25, julho de 2008.

FAIR, Hernán. *La globalización neoliberal: Transformaciones y efectos de um discurso hegemónico*. Revista KAIROS. Año 12, nº 21, junho de 2008.

GORELIK, Adrián. *Buenos Aires: el fin de la expansión*. Roma: Conferencia em IFHC, 2005.

MUXÍ, Zaida. *La arquitectura de la ciudad global*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili AS, 2004.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo Cultura, 2001.

SARLO, Beatriz. *La Ciudad Vista*. Buenos Aires: Ed. Siglo Veintiuno, 2009.

## **\_Sítios**

<http://puertomadero.com/>